

Investigações sobre a visibilidade dada ao usuário de drogas durante a ditadura militar brasileira no acervo da Folha de S.Paulo

Research on the visibility given to drug users during the Brazilian military dictatorship in the Folha de S.Paulo archive

Investigación sobre la visibilidad dada a los usuarios de drogas durante la dictadura militar brasileña en lo acervo de la Folha de S.Paulo

Júlio César Rigoni Filho^{1,a}

julinhorigoni@hotmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-5151-1623>

¹ Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens. Curitiba, PR, Brasil.

^a Mestre em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

Este artigo traz reflexões com base no acervo virtual da Folha de S.Paulo, identificando representações do usuário de substâncias psicoativas veiculadas pelo jornal no período da Ditadura Militar brasileira, anos notáveis por aspectos políticos, culturais, jurídico-legais e médicos diretamente associados às drogas. Nesse contexto, foram selecionadas notícias sobre o assunto veiculadas pela Folha, dada a sua ascensão nacional, na década de 1960, pela fusão da Folha da Manhã e da Folha da Noite, e como empresa de mídia aliada do governo ditatorial. Para isso, foram feitas consultas ao repositório virtual do jornal usando adjetivos que referenciam quem utiliza substâncias psicoativas: “drogado”, “toxicômano”, “usuário de drogas”, “usuário de entorpecentes”, “viciado em drogas” e “dependente químico”). Surgiram duas categorias: saúde e crime. Delas derivam as representações do usuário de drogas. Ao longo do texto, reflete-se sobre os processos de sua visibilidade e estigmatização e a maneira como isso impacta atualmente. Reflete-se ainda sobre o caráter democrático do acesso ao repositório digital do jornal, bem como sobre os atuais movimentos nostálgicos do ufanismo existente no período ditatorial e seus impactos nas políticas de drogas.

Palavras-chave: Acervo; Ditadura Militar; Folha de S.Paulo; Jornalismo; Usuário de drogas.

ABSTRACT

This article reflects on the virtual archive of Folha de S.Paulo, identifying representations of psychoactive substance users published by that newspaper during the Brazilian Military Dictatorship, years notable for the political, cultural, legal and medical aspects directly associated with drugs. In this context, news on the subject published by Folha was selected, given its national rise in the 1960s through the merger of Folha da Manhã and Folha da Noite, and as a media company allied with the dictatorial government. To do this, the newspaper's virtual repository was searched using adjectives that refer to those who use psychoactive substances: "drugged", "drug addict", "drug user", "illegal narcotics user", "hooked on drugs" and "chemical dependent"). Two categories emerged: health and crime. The representations of drug users derive from these. Throughout this text, we reflect on the processes of their visibility and stigmatisation and the way in which this has an impact today. We also reflect on the democratic nature of access to the newspaper's digital repository, as well as the current nostalgic movements for chauvinism that existed during the dictatorial period and their impact on drug policies.

Keywords: Archive; Brazilian Military Dictatorship; Folha de S.Paulo; Journalism; Drug user.

RESUMEN

Este artículo aporta reflexiones basadas en el acervo virtual de la Folha de S.Paulo, identificando las representaciones de los usuarios de sustancias psicoactivas publicadas por el periódico durante la Dictadura Militar brasileña, años destacados por los aspectos políticos, culturales, jurídicos y médicos directamente asociados a las drogas. En este contexto, fueron seleccionadas noticias sobre el tema publicadas por la Folha, dada su proeminencia nacional en la década de 1960 a través de la fusión de Folha da Manhã y Folha da Noite, y como medio de comunicación aliado del gobierno dictatorial. Para hacerlo, se realizó una búsqueda en el repositorio virtual del periódico utilizando adjetivos que hacen referencia a quien consume sustancias psicoactivas: "yonqui", "toxicómano", "usuario de drogas", "usuario de estupefacientes", "drogadicto" y "químicamente dependiente"). Surgieron dos categorías: salud y crimen. De ellas se derivan las representaciones de los usuarios de drogas. A lo largo del texto, reflexionamos sobre los procesos de su visibilidad y estigmatización y la forma como esto repercute en la actualidad. También reflexionamos sobre el carácter democrático del acceso al repositorio digital del periódico, así como sobre los actuales movimientos nostálgicos del ufanismo que existió durante la dictadura y su impacto en las políticas de drogas.

Palabras clave: Acervo; Dictadura Militar brasileña; Folha de S.Paulo; Periodismo, Usuario de drogas.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Júlio César Rigoni Filho.

Aquisição dos dados: Júlio César Rigoni Filho.

Análise dos dados: Júlio César Rigoni Filho.

Interpretação dos dados: Júlio César Rigoni Filho.

O autor também é responsável pela redação e revisão crítica do conteúdo intelectual do texto, pela versão final publicada e por todos os aspectos legais e científicos relacionados à exatidão e à integridade do estudo.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: não houve.

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: não há.

Histórico do artigo: submetido: 28 fev. 2023 | aceito: 9 fev. 2024 | publicado: 4 jun. 2024.

Apresentação anterior: não há.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

Na atualidade do Brasil, a história da Ditadura é muitas vezes posicionada de forma nostálgica como um tempo de glória e orgulho, ao passo que diversos grupos sociais sofreram as consequências do autoritarismo, bem como das mazelas sociais proliferadas no período. Mas mobilizam-se essas políticas de memória ou esquecimento da Ditadura desde o início da redemocratização do país, embora, em alguns momentos, tenham-se aberto frestas nos “porões da Ditadura”, como é o caso da divulgação dos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 2005, e da promoção da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2014. De fato, a “política de esquecimento contribuiu para deixar o tema em segundo plano no debate público, o que não favoreceu a consolidação de valores democráticos na sociedade” (Motta, 2022, p.10).

Isso é uma das características que conduziu o país a um governo de extrema-direita, principalmente quando se observa a desqualificação acadêmica da Ditadura Militar. Com a mobilização de discursos, muitas vezes negacionistas, que manipulam a historiografia com base nesse projeto autoritário, alinha-se a esse contexto a discussão sobre as drogas, um dos pilares da extrema-direita brasileira. As alas conservadoras repetem como um mantra a defesa contra o aborto, contra a legalização das drogas e contra a ideologia de gênero e definem o consumidor de drogas como jovens radicalizados e apoiadores da esquerda, além de profanadores dos valores familiares.

Essas reações conservadoras fazem alusão a uma série de episódios que caracterizaram a Ditadura Militar, como o anticomunismo e as Marchas da Família com Deus, organizadas por setores da igreja e de organizações femininas (Motta, 2022). Tais aspectos amplificaram-se com as estratégias dos meios de comunicação para despertar sensações no leitor, com narrações densas dos fatos cotidianos (Barbosa, 2007), além de defender a legitimidade do golpe militar, muitas vezes de forma ufanista, em prol do combate ao comunismo e da defesa dos avanços econômicos, ao passo que mascara a repressão e a violência contra os críticos ao regime (Motta, 2021). Disseminou-se o medo ao comunismo, devido às pressões exercidas pelos Estados Unidos sobre a América Latina frente ao contexto da Guerra Fria, e a família é considerada a “instituição máxima de internalização e sedimentação dos valores propagados pela ditadura” (Rezende, 2013, p. 39).

Assim, no período ditatorial, o jornalismo passa a colaborar com a formação da “agenda pública” sobre as drogas, colocando em discussão e estabelecendo prioridades no debate público sobre o assunto. Por isso, aventa-se que os atuais acervos virtuais dos principais jornais impressos veiculados no período são documentos que servem ao propósito de resguardar a memória cotidiana da Ditadura, principalmente a Folha de S.Paulo que, ao mesmo ponto que se mostrava uma mídia defensora do regime militar, envolveu-se em lutas contra a ditadura, apoiando o movimento de reabertura política e contratando jornalistas “subversivos” para suas redações e sucursais. Na atualidade, há uma tentativa de esquecimento da memória da Folha como jornal apoiador do regime ditatorial, por meio de estratégias mercadológicas que o posicionam como mídia defensora da democracia (Kushnir, 2004; Laranjeira, 2014; Pires, 2007).

Todavia, como se trata de um tema que atravessa a sociedade a partir de uma série de elementos do senso comum, é possível supor que as notícias não se limitam à representação do jovem radicalizado, apoiador da esquerda e profanador dos valores familiares. De tal forma, no campo das representações sobre saúde e doença, investigam-se quais as características que representam o usuário de drogas em notícias veiculadas na Folha durante a Ditadura. Assim, pretende-se explorar o acervo virtual desse periódico, como uma instituição empresarial e privada, diante da visibilidade de um grupo social, com enfoque do esquecimento e da lembrança desses sujeitos, bem como do processo simbólico que constrói a dependência química. Foca-se na operacionalização que envolve o acesso ao acervo e o resgate de matérias jornalísticas, identificando os desafios do processo executado seguido da análise desses resultados.

O COMBATE ÀS DROGAS NO JORNALISMO DURANTE O PERÍODO MILITAR

A Ditadura marca um período de mudanças das legislações e políticas sobre drogas no Brasil, passando de um modelo sanitarista para um modelo bélico. Em 1961, realizou-se internacionalmente a Convenção Única de Entorpecentes que, sob a liderança dos Estados Unidos, mobilizou mais de 100 países na construção de um protocolo com ênfase em práticas repressivas e com políticas de saúde para os dependentes químicos (Petuco, 2016; Santos, 2021). Três anos depois, o então ditador Castelo Branco sancionou as resoluções da Convenção, por meio do Decreto 54.216/64 (Brasil, 1964). Tratava-se do início de uma série de medidas legislativas ligadas às drogas. Já em 1968, 13 dias após o fechamento do congresso pelo AI-5, a legislação penal passa a equiparar usuário e traficante, substituindo o modelo médico-sanitário e incorporando o movimento jurídico-legal, por meio do Decreto-Lei 385/68, que rompe com a diferenciação entre os usuários e traficantes sugerida pelos tratados internacionais (Petuco, 2016; Santos, 2021).

Recorda-se ainda das práticas de contracultura e de consumo de drogas, ao considerar que a ideia de contracultura remete aos impulsos inerentes à própria história da sociedade, já que a partir das organizações sociais da cultura emergem grupos afastados dessa dinâmica que partilham uma contracultura. A partir de 1960, essa ideia foi difundida pela juventude de classe média que, em um período pós-guerra, contestava a racionalidade e o tecnicismo diante das mazelas geradas pelos combates e a consequente polarização entre Estados Unidos e União Soviética. Havia anseio da juventude pela liberdade e pela atuação política nas práticas cotidianas, rompendo com os comportamentos das gerações anteriores. Emergiram rebeliões e questionamentos sobre os modelos de educação superior, como no movimento de Maio de 68 na França; fizeram a defesa de um estilo de vida errante e descompromissado, como os hippies; manifestaram a busca do hedonismo, pela valorização do corpo e das emoções “e as drogas seriam liberadoras de potencialidades humanas escondidas sob a couraça imposta aos indivíduos pelo moralismo da chamada ‘sociedade de consumo’” (Delmanto, 2020, p. 113).

Todavia, o uso de substâncias psicoativas não data exclusivamente da atualidade, como defende o sociólogo francês Henri Bergeron (2012), sendo suas raízes ligadas à própria constituição das comunidades humanas. O modo de lidar com elas são objetos da cultura material que incide sobre o corpo, como instrumentos religiosos e filosóficos, para obter prazer e sanar a dor, em uma experiência visando ao êxtase, sendo muitas drogas associadas à corporificação dos deuses (Carneiro, 1994; Macrae, 2021). Nos tratados médicos e de saúde, a prevenção aplica-se aos espaços, pela ordenação do espaço público, usando a disciplina e a autoridade. Há práticas preventivas escoradas na religiosidade, “como o arrependimento e a busca do perdão dos pecados e, não raramente, com exortações e uma vida moralmente regrada” (Sanchez; Rasia, 2020, p. 142). Há uma série de elementos moralizantes envolvidos na contenção dos prazeres, posturas, disciplinas e normas de conduta, como forma de controle da ‘moralidade’ dos sujeitos. Embora não seja a primeira vez que o corpo é alvo de condicionamentos e obrigações; Foucault (1987) defende que os esquemas de docilidade do corpo no século XVIII adentram uma coerção sutil. O capitalismo industrial estimula uma série de mazelas ligadas ao bem-estar e a saúde, como as intensas jornadas de trabalho, a miséria e a urbanização, e, no século XIX, a psiquiatria emerge como área secundária da medicina, agregando justificativas biológicas para os problemas mentais. Os hospitais psiquiátricos atendiam inúmeros casos de “saúde mental ou de pessoas que deveriam ser retiradas do convívio social, segundo os interesses vigentes na época (mendigos, leprosos, tuberculosos, portadores de sífilis, usuários de drogas etc.)” (Prata; Santos, 2009, p. 206). Como característica da clínica e da psiquiatria, Foucault (1987) destaca a descrição minuciosa do corpo e o sistema de vigilância no qual os procedimentos de análise estão inseridos, cujo resultado é uma considerável documentação sobre o sujeito analisado. Os corpos são distribuídos de acordo com categorias, como doentes e patológicos, normais ou anormais. Em casos de crimes, “a possibilidade de determinar a loucura excluía então que se qualificasse um ato como crime: se o autor estivesse louco, a gravidade do seu gesto não se modificava, nem a sua pena era

atenuada; era o próprio crime que desaparecia” (Foucault, 1987, p. 52). No Brasil, os jornais condenam os “venenos elegantes” em meados da década de 1910. Ao debruçar-se em páginas noticiosas do Rio de Janeiro da década de 1920, Cunha (2003) localiza o ponto em que as drogas passam a ser narradas de uma maneira assombrosa: à medida que aumentam os casos de vício e criminalidade, o tom das notícias passa a enfatizar os malefícios das substâncias, ao invés de anúncios que valorizam o uso da cocaína para cura de enfermidades. Se, na década de 1910, enuncia-se a periculosidade das substâncias psicoativas, pela facilidade de obtê-las e pelos casos de suicídio ligados ao consumo de tóxicos, é na década de 1920 que o crescimento do consumo de cocaína e morfina torna-se um problema social. Os meios de comunicação se encarregam da disseminação pública de temas sociais, muitas vezes de forma leiga, já que a narrativa jornalística gerencia o senso comum ao construir, discursivamente, um inimigo comum. Há uma dimensão de endereçamento da representação, ou seja, qual leitor os jornais atingem ao trazer determinada representação, algo que se conecta com os processos sociais de produção dos sentidos que afetam a saúde dos indivíduos. Os saberes difundidos impulsionam preocupações com a violência e a criminalidade, de formas heterogêneas nos grupos sociais, pois “onde moramos, o jornal que lemos, o programa a que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos, constituem e compõem o modo como vivenciamos e pensamos essa violência” (Zaluar, 1994, p. 13).

Foi no período militar que a Folha de S.Paulo se tornou um dos mais relevantes jornais e grupos comunicacionais do país. Isso, devido às alianças do Grupo Folha com os governos militares que possibilitaram a expansão dos parques gráficos do jornal e as mudanças editoriais que decorreram no período; além disso, as famílias dos seus diretores, Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, eram escoltadas por agentes do DOPS. Muitos veículos com logotipo da empresa participariam das campanhas dos órgãos de segurança, conduzindo presos políticos e, por isso, sofreria ameaças e atentados dos grupos guerrilheiros (Laranjeira, 2014). Em tal período, mudanças administrativas impulsionaram o Grupo Folha a um patamar de maior visibilidade e audiência no país. Isso inicia-se ao unificar na Folha de S.Paulo os três jornais que faziam parte do grupo (Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite), além da troca da direção da empresa: Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho substituem Nabantino Ramos como sócios no jornal. As estratégias empresariais incluíam a aquisição de uma frota própria de veículos para distribuir os jornais em cidades do interior de São Paulo, evoluções tecnológicas no parque gráfico e a consolidação de um projeto político-cultural, cuja base centrava-se no apoio aos governos militares. No final da década de 1960, veiculava-se que “a média de um exemplar de jornal diário para 22 pessoas e 90% dos periódicos do país fossem editados no Rio e em São Paulo” (Barbosa, 2007, p. 176). O impacto causado pela censura política que rondava a imprensa brasileira trouxe ainda mais interpelações nas relações de poder entre o Grupo Folha e os militares. Com isso, o combate à subversão, seja pela promulgação de diretrizes morais e cívicas que enalteciam o apoio aos governos militares ou pela divulgação de indivíduos procurados pelas autoridades, dava destaque ainda ao tema drogas, pois “a divulgação dessas notícias no tom agressivo escolhido aumentava as vendas do jornal e tinha o apoio dos donos – Frias e Caldeira” (Kushnir, 2004, p. 541). O servilismo da Folha à ditadura revelado na divulgação completa e sem contestações do relatório do exército sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog, no DOI-CODI de São Paulo, aprimorou “o jornalismo do mato [...] e promoveria a delação cívica, avanço em relação ao estágio mesolítico dos atemorizamentos, alforrias, premiações e recompensas” (Laranjeira, 2014, p. 199).

Para Ortiz (2014), as empresas de comunicação formularam memórias falaciosas de suas atuações como entidades parciais e defensoras da democracia, e seus interesses decorrem de a repressão ser uma trava aos negócios, em uma tensão entre capitalismo e militarismo na sociedade de consumo, já que o sujeito é o centro das decisões. O jornalismo desloca-se enquanto produtor de conhecimento na vida social e exerce “uma pressão sobre todos os outros campos, enquanto estrutura” (Bourdieu, 1997, p. 79). Como espaço

dotado de estrutura, as relações de dominação e submissão estão presentes em lutas que englobam ganhos financeiros com a receita dos produtos ofertados e aspectos simbólicos. O peso comercial dita as adoções de critérios de noticiabilidade; em outras palavras, são as respostas das vendas e a avaliação dos produtores os responsáveis pelo direcionamento das produções jornalísticas. Esses fatores conduzem uma reflexão crítica sobre as noções do jornalismo como um verossímil expositor do cotidiano, com a capacidade de refletir a estrutura da sociedade. Portanto, trata-se de uma realidade confabulada, em que o jornalista é uma entidade abstrata, cuja seleção e construção dos “fatos detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação” (Bourdieu, 1997, p. 66).

Nesse aspecto social da atividade do jornalista, Ribeiro (1998) entende o jornalismo como a negação do passado e, conseqüentemente, da memória, já que serve como forma de comunicar sobre o contemporâneo, sem uma preocupação de registro para o futuro. Além disso, a dimensão jornalística baseia-se na superficialidade, sem discutir as relações causais que mobilizam a história, pois as notícias e reportagens são produzidas “para os leitores e os anunciantes, não para os historiadores. Sua âncora é o tempo presente. Seu eixo articulador é o atual, o novo” (Ribeiro, 1998, p. 2). Ou seja, atua entre “duas temporalidades (da cíclica e da histórica). Subordina, de alguma forma, a temporalidade produtiva, do novo, do acontecimento, a lógica do tempo repetitivo” (Ribeiro, 1998, p. 8). Entretanto, cabe questionar como essas dimensões temporais se apresentam no percurso metodológico de busca e resgate de matérias jornalísticas em acervos virtuais.

A INVESTIGAÇÃO NO ACERVO VIRTUAL DA FOLHA DE S.PAULO

Como lembra Becker (1997), pelo percurso metodológico busca-se aperfeiçoar a prática operacional do estudo, para identificar e, se possível, remover possíveis barreiras, sem reduzir o conhecimento científico. Além disso, para o autor, a descrição das técnicas engloba a primeira etapa da pesquisa.

Nesse sentido, inicialmente, resgata-se que Brito (2021) e Brandão (2019) apontam que alguns termos para rotular o usuário de substâncias psicoativas emergiam dos relatórios militares e dos jornais, como “drogado”, “toxicômano”, “usuário de drogas”, “usuário de entorpecentes”, “viciado em drogas” e “dependente químico”. O vocabulário “viciado”, para referir-se ao consumidor de substâncias psicoativas, origina-se do termo latino *vitum* que significa falha ou defeito. Para Le Breton (2012), a etimologia do termo vício remete à sujeição de impossibilidade, um momento, que deve repetir-se para aliviar as tensões, mesmo que a paixão pelas drogas resulte em um sacrifício de si.

A partir de Santos e Vieira (2015), compreende-se que, com relação ao acesso ao acervo, o conteúdo das páginas digitalizadas pode ser observado por recursos de busca simples, que possibilita resgatar a edição do periódico por ano, mês ou dia da publicação. Mas o primeiro desafio operacional envolveu em como acessar as matérias sobre o usuário de drogas nos acervos jornalísticos, iniciando-se pela livre exploração de portais de notícias, devido a pesquisas já realizadas por autores como Laranjeira (2014). Observou-se a interface do acervo virtual, atentando-se para suas funcionalidades.

O site possibilita identificar de forma detalhadas por palavras-chave, frases, exclusão de termos ou frases específicas, além de afinar a busca dos temas do jornal, como política, cultura e economia, por exemplo. Como recuperação de informação destaca-se a ferramenta de *zooming*, para ampliar a página selecionada e observar alguns detalhes com maior profundidade. Essa interface não permite a busca de texto nas páginas. Dentre as funções mais importantes desses portais para a pesquisa, destaca-se a busca por meio de termos-chave no campo de busca avançada “exatamente esta frase”, como demonstra o campo destacado do acervo da Folha de S.Paulo:

FOLHA DE S.PAULO

acervo FOLHA

ASSINE BANCO DE DADOS FOLHA HÁ 50 ANOS BUSCAS RECENTES EDIÇÃO FOLHA

BUSCA AVANÇADA

TERMOS

Todas estas palavras

Exatamente esta frase

Qualquer uma destas palavras

Nenhuma destas palavras

DATA

Por Período Data exata

De dd/mm/aaaa Até dd/mm/aaaa

Figura 1 - Mecanismo de busca do acervo da Folha de S.Paulo

Fonte: Página recuperada pelos autores em Folha de S.Paulo (Acervo [...], 2022).

As buscas simples assemelham-se aos navegadores de internet, “que varrem conteúdos à procura de um termo idêntico ao termo de interesse do usuário” (Heymann, 2012, p. 56). Esse tipo de procura satisfaz os interesses dos internautas, que diferentemente dos pesquisadores, não estão interessados no percurso metodológico da busca, mas apenas nos resultados obtidos. A partir dessa configuração de busca, observaram-se tais termos em consultas no acervo virtual da Folha de S.Paulo relativo ao período de 01/04/1964 a 15/03/1985. Notou-se a possibilidade de testar as empregabilidades desses termos. Tais rotulagens ganham fôlego no período da Ditadura, com destaque para os índices de uso de alguns desses termos na atualidade, o que também justifica a pretensão de investigar o momento em que tais vocábulos invadem o jornalismo e o senso comum.

É importante alertar que a busca também abre espaço para informações indesejadas, obtidas pela ausência de descritores prévios, além de “obter uma quantidade enorme de respostas, distantes, muitas vezes do seu interesse de pesquisa. Caberá ao usuário ‘garimpar’ entre os resultados obtidos” (Heymann, 2012, p. 56).

Assim, com as leituras iniciais nos acervos virtuais dos jornais a partir desses termos listados, traçaram-se os critérios de inclusão e de exclusão das matérias, ou seja, quais matérias seriam e quais não seriam selecionadas para a análise. Assim, obteve-se o montante de 1532 matérias da Folha de S.Paulo, das quais classificaram-se 1207 a partir dos critérios de exclusão e 325 com os critérios de inclusão. Na avaliação inicial das páginas localizadas perceberam-se a existência de algumas duplicadas e/ou com possíveis ausências do termo, frutos de inconsistências do acervo. Manteve-se alinhado ao objetivo geral da pesquisa, bem como à problemática, focar na análise sob a ótica nacional, que também serviu como critério de inclusão. Além de matérias de abrangência internacional (ou traduzidas de veículos do exterior) – que não expunham os aspectos nacionais sobre o usuário de drogas – e anúncios de farmácias, guias da TV e programações culturais – a maioria estava relacionada a conteúdos de filmes estadunidenses. Em resumo, muitas matérias sobre cultura e sobre aspectos internacionais voltados para o cotidiano de outros países em relação às drogas focavam em outras realidades, com poucas comparações com o Brasil.

É importante destacar que, mesmo com a facilidade gerada pelos mecanismos de busca, cabe ao pesquisador a observação e o julgamento da relevância de cada documento encontrado. Ou seja, o artesanato intelectual na produção de saberes complementa-se com os recursos tecnológicos disponíveis, lançando outros desafios a quem pesquisa, como o volume extenso de matérias localizadas que são filtradas pela leitura atenta do pesquisador, ancorado no recorte expresso pelo objetivo geral de seu estudo. A leitura de cada busca amadurece a própria problemática levantada pela pesquisa, fornecendo outras suposições ao inserir o investigador no campo. Logo, devem-se construir significados a partir das buscas realizadas, como lembram Santos e Vieira (2015).

Na pesquisa ora apresentada os conteúdos jornalísticos são analisados de forma a ultrapassar as mensagens e que se possa discutir os significados aplicados aos contextos sociais, ao perceber que a Folha apontava aspectos criminais e aspectos de saúde ligados ao indivíduo que usa drogas. “Propor categorias é esforço de inventar palavras para esse fim, com o propósito de construir uma malha que seja pequena e nos possibilite representar a realidade” (Sanches; Rasia, 2020, p.65). Formaram-se duas categorias: crimes e saúde, as quais foram subdivididas e agrupadas com maior profundidade em subcategorias:

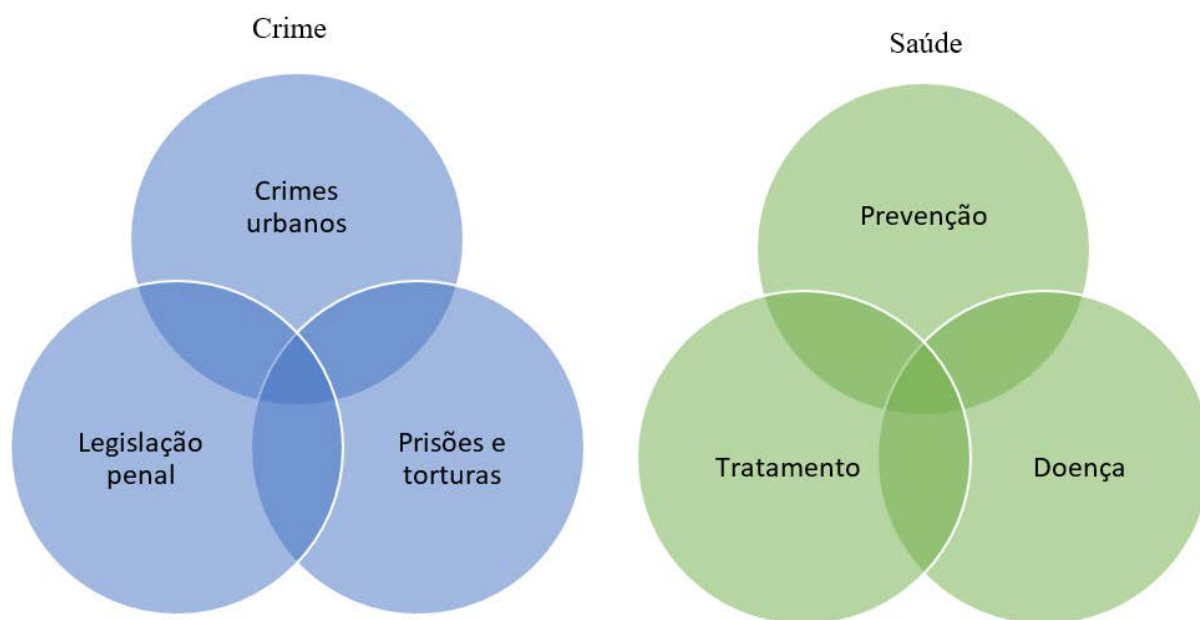


Figura 2 – Categorias e subcategorias
Fonte: Elaborada pelo autor.

No caso do grupo de saúde, percebem-se aspectos ligados ao tratamento do usuário de drogas, discussões sobre a dimensão desse uso como doença e aspectos ligados à prevenção. Já no grupo de crime, prevalecem as informações sobre crimes urbanos, como roubo, tráfico e uso de drogas, nas quais o indivíduo é pouco aprofundado; além das investigações e atuações policiais com a finalidade de prender e, de acordo com o período em questão, torturar criminosos rotulados como usuários e traficantes de drogas. Ainda no aspecto criminal, discutem-se assuntos jurídicos e legais que promovem tensionamentos entre o que é considerado crime e o que é visto como uma patologia tratável. Ressalta-se que a criminalidade relatada pela imprensa nas décadas de 1950 e 1960, de caráter passional, muda na década de 1970 para os crimes “aparentemente sem motivo e sem sentido que, cada vez mais constantemente, eram desafiadas nos jornais” (Zaluar, 1994, p. 96). Aplicou-se essas subcategorias nas 325 matérias jornalísticas da Folha de S.Paulo selecionadas pelos critérios de inclusão, seguindo tais porcentagens:

Tabela 1 – Porcentagem de matérias por subcategorias identificadas

Subcategorias	Porcentagem de matérias por subcategoria
Crimes urbanos	35%
Prisões e torturas	23,5%
Tratamento	17%
Legislação penal	10,2%
Doença	8%
Prevenção	6,3%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Diante dessa tabela, percebeu-se que uma particularidade do jornalismo, principalmente quando são justapostas suas páginas, é a sensação de imersão no cotidiano retratado em suas matérias. Embora se reconheça que a objetividade seja um critério necessário à produção do conhecimento, no percurso exploratório as percepções do pesquisador são relevantes para florescer a imaginação sociológica, ao reconstruir por meio dos jornais, a realidade do período. Com essa perspectiva, segue-se para a contraposição das percepções com outros dados. A realidade é um produto social forjado pelas interações. Trata-se de um sistema de crenças. A dimensão memorialística no jornalismo, sendo que sua sobrevivência ao tempo caracteriza a materialidade das relações de dominação, mesmo quando deixa de circular torna-se parte de um acervo (Serra; Bergamo, 2020). A partir dessa percepção, constatou-se a necessidade de contrapor os resultados obtidos com a literatura, com junções, disjunções e dúvidas, aspectos que serão debatidos no tópico seguinte.

REFLEXÕES SOBRE A VISIBILIDADE DADA AO USUÁRIO DE DROGAS NAS MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

Nota-se, com base nos dados levantados, que o usuário de drogas é associado ao crime, ao passo que práticas de prevenção e de discussões sobre o aprimoramento da legislação sobre o assunto, principalmente nas discussões sobre a distinção do indivíduo com problemas decorrentes do uso de drogas entre criminoso e/ou doente, possuem menor frequência. Todavia, a análise não se encerra na construção dessas categorias. Dando sequência, passa-se para a ordenação, já que as leituras das matérias reunidas no banco de dados foram aprofundadas, pois, nesse processo de rotulagem das matérias a partir das subcategorias, alguns dos textos jornalísticos puderam ser posicionados em mais de uma subcategoria, algo que decorre da variedade temática de determinadas notícias e reportagens. O contato com o material implicou o resgate das categorias e priorizou as matérias que aprofundam o usuário de drogas, reduzindo o total para 51 matérias. A partir delas, selecionaram-se os trechos nos quais as categorias analíticas apresentadas anteriormente são perceptíveis. Cabe destacar que o afinamento e a construção das categorias analíticas são elementos da descrição e contextualização do campo da pesquisa, pois evidenciar as relações existentes entre os temas presentes nos grupos sobre crimes e sobre saúde ao longo da história das drogas na Ditadura Militar brasileira compõe um dos alicerces teóricos da pesquisa.

Notou-se que há uma tendência que associava a pobreza ao uso de drogas, seja para consolar as mazelas da miséria ou para sentir prazer. Ao invés de um indivíduo que escolheu por intermédio das drogas vivenciar uma comunidade que partilha de valores semelhantes aos seus, como no caso da representação do hippie, o usuário

de drogas expresso pela Folha de S.Paulo é alguém que se arruína ao consumir drogas, tornando-se excluído, como um fissurado que compõe uma fissura da sociedade, em conformidade com os achados do sociólogo francês Henri Bergeron (2012): representações associadas às ideias de miséria, precariedade, decadência moral e social, além da delinquência, como os crimes urbanos mais comuns (roubos, tráfico, prostituição, agressões e outros), associando-se à classe operária e a grupos sociais de menor poder aquisitivo provêm da relação entre a pobreza e a exposição a diversos riscos sanitários. No Brasil, esses sujeitos fazem parte “de uma realidade particularmente segregada: geração (jovens), região (periferias do país), raça (negra) e sexo (masculino)” (Schwarcz, 2019, p. 258). Os discursos e práticas de combate baseiam-se na noção de que a prevenção às drogas é evitar a experimentação e reduzir danos gerados pelo uso de drogas, antes que esses problemas possam ocorrer. Já os modelos de Comunidades Terapêuticas, advêm dos Estados Unidos no final da década de 1960 e no início dos anos 1970 e aproveitam-se do sucateamento da saúde pública.

A estigmatização do usuário de drogas envolve-se em uma construção social e histórica que incide com maior intensidade em sujeitos já marginalizados por outras circunstâncias, culpabilizando sua fraqueza de caráter e impulsividade. No jornalismo, as palavras e as imagens que representam características físicas, histórias de vida e relatos, por exemplo, servem de evidências para reduzir essas pessoas a estragadas ou diminuídas (Goffman, 1988). O estigma é contagioso, uma vez que, por exemplo, as famílias dos usuários de drogas são estigmatizadas também. A visão negativa é transposta, tornando pais, mães, esposas, maridos, filhos e filhas alvos de definições negativas. Por isso o usuário pode preferir o isolamento, a fim de preservar os indivíduos que ama das condenações morais advindas desse contágio. de acordo com Goffman (1988), o estigma consiste na manipulação da identidade do indivíduo, fazendo-lhe crer que as características negativas atribuídas artificialmente a ele são parte de sua identidade “real”, de forma que ele interiorize a ideia de que é inferior aos outros. Esses sujeitos aprendem a se reconhecerem como estigmatizados, interiorizando o modo como são percebidos e tratados pela sociedade, formando uma identidade danificada. O discurso científico em prol de um estilo de vida saudável, algo presente de forma intensa na Folha, remodela a saúde para um dever ético baseado nas condições de liberdade individuais. Considerando o processo estigmatizante abordado por Goffman (1988), pode-se dizer que, no jornal, é a uniformidade das informações oferecidas sobre os sujeitos, a despersonalização e a redução dos aspectos e práticas a uma espécie de prontuário médico que consistem em um golpe nas identidades pessoais de cada usuário de drogas. Ainda, pelos conteúdos simbólicos dos discursos, como imagens e palavras, o sujeito enquanto objeto da representação se forma por intermédio de um poder disciplinar que nomeia e categoriza as pessoas, “especialmente no modo como as representações são usadas para excluir, policiar fronteiras, conceder ou negar direitos a indivíduos e grupos” (Sacramento; Borges, 2020, p. 60). Assim, no caso das representações de saúde expressas pelo jornal, os principais representados pelas matérias analisadas, os sujeitos usuários de drogas e marginalizados, não são ouvidos, tendo suas identidades violadas e apagadas, sendo descritos por pessoas distantes de seus círculos sociais, como policiais e médicos que têm contato com esses indivíduos quando se colocam à disposição do Estado para punir os desvios. Por isso que, para Le Breton (2012), a decisão de cessar o consumo de entorpecentes depende da busca de uma razão para viver; logo, o tratamento e a reinserção social devem reelaborar a socialização incompleta desses indivíduos para que seja possível formar “um ser humano com um mínimo de capacidade de ação no meio social à sua volta” (Souza, 2016, p. 36).

As notícias são testemunhas da Ditadura, não só pela sobrevivência temporal que as caracteriza, mas por conservarem as memórias de diversos agentes e grupos representados por meio de palavras e imagens. Inclusive, atestam que nesse regime autoritário a saúde é posta em discursos de risco que “produzem efeitos na construção e transformação do conceito de doença e nos modos sociais e culturais de lidar com ela” (Czeresnia; Maciel; Oviedo, 2016, p. 78). A presença política da Folha de S.Paulo lembra o que Ribeiro e Vieira (2018) consideram como a capacidade empresarial de forjar a imagem que deseja para seu

passado, revestindo-se de estratégias mercadológicas que remetem ao passado da Folha como defensora da democracia, mesmo que sua postura ao longo da Ditadura tenha sido heterogênea, com períodos de maior alinhamento, como no início do regime, e períodos de defesa democrática, como no movimento pelas “Diretas Já”. Nesse contexto, a empresa serve-se de guardião, testemunha de confiança que se enuncia como representante da coletividade, citando alguns jornalistas considerados subversivos pelo regime, mas que logo foram empregados pelo Grupo Folha. Assim, como considera Bourdieu (1989, 1997), a postura de dominação de um veículo de imprensa é a possibilidade que ele tem de deformar o espaço no qual está inserido. Cabe destacar a escalada de violência contra jornalistas ao longo dos últimos anos como um outro reflexo do autoritarismo da Ditadura. Esse fator leva à reflexão sobre a potencialidade desses arquivos, cujos documentos foram produzidos em um regime de exceção e, assim, considera-se que existam silêncios, apagamentos e invisibilidades em suas páginas, contrariando o discurso democrático e libertário defendido pela imprensa no fim do período militar, em específico a própria Folha de S.Paulo. A nostalgia evocada envolve “uma relação problemática que indivíduos, grupos e sociedades estabelecem com o tempo linear” (Ribeiro; Vieira, 2018, p. 261). Trata-se da romantização de algo, como a idealização do regime ditatorial enquanto momento de civilidade, honestidade e difusão econômica, argumentos proferidos por alguns setores da sociedade brasileira, como a extrema-direita.

Com base em Santos e Vieira (2015), defende-se que os acervos digitais, como o site de acervo histórico da Folha, devem instaurar um intercâmbio entre os dados e as informações, com a finalidade de facilitar o acesso ao conhecimento por leitores e pesquisadores. Inclusive, o resgate de um período de exceção e a possibilidade de acessar esses arquivos é um prelúdio da democracia. Portanto, é importante difundir as possibilidades de uso de tais acervos e arquivos, mobilizando pesquisas, debates e explorações que permitam reconstruir a cotidianidade de atores e instituições sociais. A própria digitalização dessas páginas e disponibilização em um acervo virtual servem a esse propósito de democratização (Heymann, 2012). Recomenda-se disponibilizar um sistema de buscas textuais nas páginas dos jornais, para identificar com maior profundidade a presença de termos ou frases sem a necessidade de recorrer à leitura integral de cada página, agilizando o processo de busca. Além disso, seria interessante ao periódico fornecer o contato de algum arquivista que atue na empresa, como forma de aproximar pesquisadores e leitores do acervo disponibilizado.

Na atualidade, destacam-se as comunidades terapêuticas como instituições que operacionalizam o tratamento de dependentes químicos. Fortalecidas pelos vínculos políticos e pela mobilização dos dirigentes do setor, com predominância de religiões (Santos, 2018), setores da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), pesquisadores e até mesmo setores da justiça, tais comunidades recebem financiamento governamental sem uma fiscalização adequada a seus locais. Além disso, como a maioria está associada a uma tradição religiosa, sendo 40% pentecostais e 27% católicas, têm como atividades obrigatórias a leitura da Bíblia (89%) e a participação em cultos e cerimônias (55%), algo que contraria a laicidade do Estado. O internamento facilitado, requerido pelo usuário, a defesa da abstinência e da retirada do usuário de seu espaço de convivência foram medidas defendidas por uma das alas do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), com significativos financiamentos, em detrimento do modelo de redução de danos, no qual uma série de medidas combinadas conferem o acesso à saúde, ao cuidado e ao bem-estar das pessoas em situação de uso de drogas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentar o processo exploratório e discutir os principais resultados obtidos pela exploração no acervo virtual da Folha de S.Paulo, em busca de matérias sobre o usuário de drogas na Ditadura Militar, o artigo lançou possibilidades operacionais e refletiu sobre as dificuldades e oportunidades que emergiram desse percurso. Não é intenção tornar o exemplo apresentado como um modelo canônico, mas como forma

de inspirar outros artesanatos metodológicos, principalmente em pesquisas sobre jornalismo e saúde. Merece destaque o fato de que a pesquisa se iniciou durante o período de isolamento social, devido à covid-19, e, por isso, foi necessário o acesso a acervos virtuais.

Recuperando as observações de Ribeiro (1998), o jornal atua como um mediador das relações entre indivíduos e a conversão do cotidiano, pois confere relevância a fatos memoráveis para o futuro. Isso não é algo despercebido pelas empresas de mídia pois, ao contrário, balanceiam os fatos que merecem lembrança e os que merecem esquecimento, como o passado autoritário e contraditório da Folha no regime militar e as práticas de violência e tortura cometidas por agentes do Estado contra usuários de drogas. Há no jornalismo múltiplas relações de sentidos, inclusive na mobilização da história e da memória, e esta última está em constante construção entre tensionamentos do passado, do presente e do futuro, idealizando um período a ser conservado e fundamentando uma utopia futurista, já que envolve “lembranças e esquecimentos, motivada por interesses sempre ancorados no presente” (Ribeiro; Vieira, 2018, p. 259).

Desde a redemocratização, diversos documentos produzidos por instituições do governo ditatorial tornaram-se públicos e disponíveis no repositório virtual do Arquivo Nacional. Isso ampliou-se para estados e municípios com a instauração das Comissões da Verdade. Ainda, no campo político brasileiro, abusa-se da nostalgia relacionada ao regime militar, revestindo um período autoritário com “uma narrativa mítica, laudatória e sem preocupação com o cotejo de fatos e dados — como forma de elevação (Schwarcz, 2019, p. 332). No caso da mídia como amplificadora das representações do usuário de drogas, a dependência química ainda não é vista pela sociedade em sua integralidade. Isso pode ser prejudicial para os sujeitos que precisam de ajuda e não sabem quais são os caminhos para o tratamento no Brasil. Além disso, a incompreensão de como tal tratamento ocorre projeta na comunicação midiática a função de influenciar os sujeitos a adquirirem seus direitos ligados à saúde e à dignidade humana, bem como à aplicação de suas responsabilidades como cidadãos.

REFERÊNCIAS

ACERVO Folha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, c2022. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BARBOSA, Marialva. Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro. **Revista Galáxia**, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 13-26, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1458/922>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERGERON, Henri. **Sociologia da droga**. São Paulo: Ideias & Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. **Tóxico-Subversão**: Anticomunismo e Proibicionismo na Construção do “Inimigo Interno” durante a Ditadura Militar no Brasil. 2019. 120 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/37332>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Decreto nº 54.216 de 27 de agosto de 1964. Promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7801, 1 set. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54216-27-agosto-1964-394342-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A droga da subversão: anticomunismo e juventude no tempo da ditadura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, p. 39-65, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NQnHQpdRHwmnfQymwbvh9z/>. Acesso em: 10 maio 2022.

CARNEIRO, Henrique. As drogas: objeto da Nova História. **Revista USP**, São Paulo, n. 23, p. 84-91, 1994. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i23p84-91>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26998>. Acesso em: 8 jan. 2022.

CUNHA, Getúlio Nascentes da. A Cidade do Vício e da Graça: O consumo de tóxicos e entorpecentes no Rio de Janeiro. **OPIS**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 41-59, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/Opsis/article/view/9253>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CZERESNIA, Dina; MACIEL, Elvira Maria Godinho de Seixas; OVIEDO, Rafael Antonio Malagón. **Os sentidos da saúde e da doença**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

DELMANTO, Júlio. **História social do LSD no Brasil**: os primeiros usos medicinais e o começo da repressão. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HEYMANN, Luciana. Documentos express: desafios e riscos do acesso online a documentos de arquivo. **Argumento e Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 49-63, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/50708>. Acesso em: 14 jan. 2023.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LARANJEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LE BRETON, David. Le contrecorps de la toxicomanie : sémiotique d'addicts. **Le Sociographe**, Paris, 2012, n. 39, p. 55-64. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-sociographe-2012-3-page-55.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

MACRAE, Edward. **A questão das drogas**: pesquisa, história, políticas públicas, redução de danos e enteógenos. Salvador: Edufba, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A guerra cultural bolsonarista e as disputas pela história recente. **Contenciosa**, Santa Fe, n. 12, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14409/rc.10.12.e0015>. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/article/view/11496>. Acesso em: 17 abr. 2024.

PETUCO, Denis Roberto da Silva. **O pomo da Discórdia**: a constituição de um campo de lutas em torno das políticas públicas e das técnicas de cuidado em saúde dirigidas a pessoas que usam álcool e outras drogas no Brasil. 2016. 460 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uff.br/jspui/bitstream/ufff/13786/1/denisrobertodasilvapetuco.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PIRES, Elaine Muniz. Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, n. 35, p. 305-313, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2224>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 25, p. 203-211, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/fvMV4H47vTXFg9GxxXS4dtb>. Acesso em: 10 maio 2022.

REZENDE, Maria Jose de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984. Londrina: Eduel, 2001.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Mídia e história**: ambiguidades e paradoxos. [S. l.: s. n.], 1998. Disponível: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/b2da7d98bc2eaf68a3608f5b0a1f4a2a.PDF>. Acesso em: 3 jan. 2023.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; VIEIRA, Itala Maduell. O JB é que era jornal de verdade: jornalismo, memórias e nostalgia. **Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 257-276, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p257-276>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/142167>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SACRAMENTO, Igor; BORGES, Wilson Couto. **Representações midiáticas da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020.

SANCHES, Leide da Conceição; RASIA, José Miguel. **As representações sociais das epidemias**. Curitiba: CRV, 2020.

SANTOS, Luana Carla de Moura dos; VIEIRA, Angel Freddy Godoy. Avaliação da recuperação da informação em acervos digitais de jornais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 49-73, 2015. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245212.49-73>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/52362>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos (org.) **Comunidades terapêuticas: temas para reflexão**. Brasília, DF: Ipea, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8856>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, Stênio Ricardo Carvalho dos. “É um caso da calamidade pública”: A questão de drogas em debate no Congresso Nacional (1964-1971). **Revista Aedos**, v. 12, n. 27, p. 522-541, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/97879>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SERRA, Pedro; BERGAMO, Alexandre. Apresentação do dossiê Sociologia do Jornalismo: por uma agenda de pesquisa. **Plural – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 5-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2020.179833>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6497/649770006001/649770006001.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SOUZA, Jessé (org.). **Crack e exclusão social**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2016.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.